

Edição Especial

CIDADE DE GOIÁS

A Paixão de Cristo em Textos e Imagens



Renata Cristina Nascimento | Org.



Tempestiva

C I D A D E D E G O I Á S

A Paixão de Cristo em Textos e Imagens



Tempestiva



© Editora Tempestiva, 2023
Todos os direitos reservados

A *Edição Especial* é uma coletânea de textos com publicação anual do Projeto e Grupo de Estudos *Sacralidades Medievais*.

Edição: Ivan Vieira Neto

Revisão: Renata Cristina de Sousa Nascimento

Capa e diagramação: Wemerson dos Santos Romualdo

Capa: *Fotografia (1) da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, (2) Igreja do Rosário, ambas em Goiás, Acervo da organizadora.*

Conselho Editorial

Profa. Aline Dias da Silveira (UFSC)

Prof. Fabiano Fernandes (UNIFESP)

Profa. Rita de Cássia Oliveira Reis (UFG)

Profa. Simone Cristina Schmaltz de Rezende e Silva (PUC Goiás)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N244 Nascimento, Renata Cristina de Sousa

A Cidade de Goiás: a Paixão de Cristo em textos e imagens / Renata Cristina de Sousa Nascimento / Organizadora. - Goiânia: Tempestiva, 2023.

p. 80

ISBN 978-65-85142-05-2

1. História 2. Cidade de Goiás 3. Textos e Imagens

CDD 981.03

CDU 94(81).031

ORGANIZADORA

Renata Cristina de Sousa Nascimento

CIDADE DE GOIÁS

A Paixão de Cristo em Textos e Imagens



Tempestiva

Goiânia, 2023

Sumário

1. Vazio e Saudade, Memórias e Reconhecimento: a elaboração da ideia de preservação e a construção da imagem de “Cidade Histórica” na Cidade de Goiás

Cristina Helou Gomide 09

*

2. A criação da Capitania de Goiás: o sistema de mercês e a manutenção da governabilidade

Simone Cristina Schmaltz de Rezende e Silva 23

*

3. Cidade de Goiás: patrimônio da humanidade

João Marcelo Farias Rodrigues &

Pollyana Custódia Ferreira dos Santos 33

*

4. Procissão do Fogaréu em imagens

Taís Nathanny Pereira da Silva &

Wemerson dos Santos Romualdo 45

*

5. Imagens do Crucificado e o Sudário de Veiga Valle

Renata Cristina de Sousa Nascimento 61

*

6. Igreja do Rosário: painéis de Frei Confaloni

João Victor Nunes Bernardes 69

Vazio e Saudade, Memórias e Reconhecimento: a elaboração da ideia de preservação e a construção da imagem de “Cidade Histórica” na Cidade de Goiás

Cristina Helou Gomide¹

Introdução

O objetivo desse breve artigo é uma reflexão sobre o processo de construção da imagem de Cidade Histórica da Cidade de Goiás, antiga capital do estado de Goiás, a elaboração do desejo de preservação e seus desdobramentos. Para abordar esse processo é necessário fazer uma breve contextualização para então chegarmos à sensação de vazio desencadeada pela mudança da Capital para Goiânia e a saudade de “ser capital” que a mudança gerou. Para isso, as memórias que se construíram à época e que foram emergindo ao longo do tempo e os sentimentos de pertencimento unidos à necessidade de reconhecimento da História do local, são fundamentais para compreendermos o movimento que desembocou no Título de Patrimônio da Humanidade concedido pela UNESCO em 2001.

Embora falar sobre o título não seja o propósito desse texto, é importante que se compreenda que o tempo presente é carregado de resíduos do passado de acordo com as necessidades desse presente. É o que Raymond Williams (1979) fala ao abordar o residual, o dominante e o emergente. A história que deu suporte ao inventário construído para a obtenção do título

¹ Professora de Ciências Humanas – FE/UFG.

de Patrimônio foi calcada, grande parte, em uma historiografia tradicional. Ruas e edificações de caráter colonial ainda hoje são referência no site da Unesco para realçar a importância do centro histórico da Cidade de Goiás. Nesse sentido, a luta pela conquista do título carrega resíduos dominantes do passado da colonização para a obtenção do tão almejado reconhecimento da trajetória histórica da Cidade. À época da obtenção do título, por exemplo, uma grande enchente assolou a cidade e vários lugares, construções e monumentos foram afetados. A Cruz do Anhanguera, símbolo da dominação, foi uma delas. A cidade de fato ficou devastada, pois é cortada pelo Rio Vermelho. Construções que margeiam o rio ficaram abaladas ou destruídas. A população ficou tomada pela tristeza, inclusive pela Cruz. Isso porque o monumento foi ressignificado. Afinal, trata-se de um dos símbolos da cidade.

Nesse sentido, nos implicamos a promover uma interpretação da história “presente, passado, presente”, buscando nos engendramentos das memórias, dos campos de disputa e dos anseios do presente.

Com base nisso, a pesquisa (ela que nos conduziu, no diálogo com pessoas e fontes) foi nos levando a perguntas e respostas e novas perguntas às novas respostas, nos colocando nesse lugar, hoje, de pensarmos: se fosse hoje eu perguntaria “onde está a história dos povos originários”? Mas esse não é nosso objeto. Serve apenas para provocar o leitor e a leitora e falar um pouco das inquietudes mal resolvidas da autora que escreve esse texto.

Posto isso, essas poucas linhas trazem a investigação produzida sobretudo na década de 1990, quando moradores da Cidade de Goiás permaneceram no local, mesmo após a transferência da Capital para Goiânia. Nesse sentido, as reflexões

aqui apresentadas estão carregadas das memórias de pessoas que, quando entrevistadas, já estavam na sua vida madura, entre setenta e cem anos de idade, e suas lembranças se remetiam à época em que ainda eram crianças, sendo suas narrativas, portanto, envolvidas das experiências vividas por pais, avós, amigos e parentes naquela época adultos, além das suas próprias recordações. Nesse sentido, as pessoas com as quais estabeleceu-se uma troca, construíram narrativas que trazem as experiências vividas ao longo de suas vidas e, nesse movimento, estavam (veem) sendo ressignificadas constantemente.

Naquele primeiro momento da pesquisa na década de 1990, suas narrativas anunciavam a sensação de vazio que a cidade lhes forneceu. Casas que ficaram fechadas porque grande parte das pessoas eram funcionárias do Governo e se mudaram para Goiânia. Prédios administrativos fechados e o status de capital que lhes fora tirado. O cenário provavelmente havia mudado bastante e a sensação de vazio de fato um tanto difícil. Então, havia saudade da época em que a lógica da antiga Vila Boa estava voltada para as práticas administrativas, embora seu traçado colonial lhe colocasse fora do que no início do século XX se sugeria como cidade para o progresso. Não havia o burburinho de cidades que cresciam rapidamente, como Rio de Janeiro e São Paulo. Já naquela época essas eram as cidades que representavam a ideia de progresso que acabou por derrubar muitos edifícios para abrir suas largas avenidas. (NIETHAMMER, 1997)

O sentimento de vazio articulava-se à ideia de abandono. Pedro Ludovico, opositor da família Caiado e então interventor pelo Estado de Goiás, nomeado por Getúlio Vargas à época do Golpe de 1930 no Brasil, apareceu nas narrativas e fontes escritas muitas vezes como um político sem muito apresso

com as pessoas da cidade. Em várias entrevistas foi possível escutar as pessoas contarem que ele levou as coisas da antiga capital para a nova e, no caminho, a carroça carregada de documentos do governo ficou atolada e, nessa ocasião, o então interventor usou a carga para desatolá-la, colocando os livros oficiais embaixo das rodas do transporte.

A disputa política entre a família Caiado e Ludovico (Totó Caiado havia sido deposto e Pedro Ludovico Teixeira, então interventor, tomou seu lugar) foi intensa. Pedro Ludovico construiu um discurso político com base na ideia do “novo”, associando a política caiadista e seus aliados ao passado. Nesse sentido, construir uma nova capital era projeto político (CAMPOS, 1980). Edificar Goiânia em lugar plano, com largas avenidas, feitas para que as pessoas circulassem e pudessem produzir significa se opor ao espaço da Cidade de Goiás cujas bases eram coloniais. Construir uma nova capital era, então, o que podemos chamar de “monumento a Ludovico”. Desse modo, quando Goiânia foi construída, denominar Goiás de “Goiás Velha” se tornou pejorativo e é algo que não é bem-visto pelos moradores da cidade ainda hoje. Foi nesse contexto de disputa política, sensação de esvaziamento, abandono e saudade que elaborou-se o desejo de preservação da cidade. Não se trata necessariamente do sentido de preservação hoje conhecido por nós. Naquele momento, significava movimentar o espaço urbano, construir fachadas e tratar de reagir, indo contra, inclusive à diminuição das verbas destinadas à antiga Vila Boa, que na condição de não capital também não dispunha dos recursos antes a ela disponibilizados.

Na sistematização da pesquisa não somente a história oral foi significativa. A imprensa escrita também ajudou bastante ao longo da investigação. Foram vários os Jornais que

serviram de fonte para essa pesquisa. Lidos de modo problematizado, utilizou-se do Jornal Lavoura e Comércio, importante veículo de comunicação de Uberaba, MG; A Collição, O Democrata e Cidade de Goiaz, Gazeta de Goiás, todos da Cidade de Goiás; O Correio Oficial, Jornal Opção, Jornal Diário da Manhã e O Popular, estes de Goiânia. Além disso, Decretos e Códigos de Postura e Relatórios administrativos e Projetos de Lei e a Revista Oeste se tornaram importantes para a construção de toda fundamentação. Obviamente não é possível que todas as fontes ou narrativas orais estejam presentes nesse texto. Porém, é fundamental frisar que uma pesquisa se constitui com base em leitura de muita bibliografia que versa sobre o tema e no trato com as fontes que o caminho da investigação vai te trazendo. E visando tornar mais didáticas as questões elencadas aqui, esse ensaio está dividido em títulos e subtítulos, como podem ver a seguir.

O primeiro e o segundo vazios: “tempo novo” e a transferência da capital

O espaço urbano da cidade de Goiás (de acordo com a historiografia tradicional goiana e a partir de depoimentos de moradores locais que permaneceram na Antiga Vila Boa de Goiás após a transferência da Capital da Cidade de Goiás para Goiânia) passou por dois vazios. O primeiro, com a diminuição do ciclo aurífero ainda no século XIX; o segundo, com a transferência da capital goiana na década de 30 do século XX. O contexto urbano que antecedeu o denominado “segundo vazio” estava repleto de controvérsias políticas e atividades econômicas ligadas ao cotidiano pacato. Pode-se perceber, por exemplo, que no começo do século XX, o Estado era dotado de

indústrias caseiras, como as de açúcar, rapadura, garapa e sal. O sistema econômico era fechado e beneficiava uma minoria. A principal fonte de arrecadação advinha da exportação de gado. A partir de 1910, ocorreu um desenvolvimento crescente em termos estaduais. Em Goiás, as regiões Sudeste e Sudoeste foram rapidamente povoadas por mineiros e paulistas expulsos pela marcha do café, e foi em função desse impulso que os trilhos da estrada de ferro chegaram a esses locais.

Já no plano educacional, a responsabilidade da cidade de Goiás bem como das cidades mineiras é grande. Ao longo dos anos, permaneceram como fornecedoras dos mestres para as crianças da região goiana, sobretudo de outros municípios e localidades rurais. Esse aspecto marcava a cidade de Goiás como referencial de ensino e conhecimento. O material didático para as atividades educacionais era fornecido pelos professores.

Fica claro o papel da então capital na vida do Estado e no cotidiano das pessoas, sendo ela um dos referenciais na área de educação. Nesse sentido, podemos discutir o crescente desenvolvimento de regiões, como a sudoeste, sul e sudeste, mas não devemos descartar a importância da antiga Vila Boa, mediante sua condição de capital, local de decisões políticas e referencial de poder. Era ela, sem dúvida, o ponto de partida das decisões políticas e educacionais.

No decorrer da década de 1920, prevaleceu o poder de alianças que efetivavam a política da família Caiado, marcando um período que antecedeu a “Revolução” (Golpe) de 1930 no local. No plano federal, estava em processo de formação o órgão responsável pela proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro (que seria formalizado em 1937 na figura do SPHAN). Era uma entidade oficial, que visava preservar

os bens culturais da América Latina. Na condição de centro de importância política, a capital de Goiás não participava das discussões acerca da preservação de um patrimônio. Não havia esse clamor. Na condição de capital, a cidade estava “preservada”. Foi a partir de 1930 que esse quadro começou a se modificar. Isso se deu com o anúncio da transferência da capital para Goiânia, ameaçando o papel da cidade de Goiás em relação aos outros municípios goianos.

Entre 1930 e 1933, o governo já estava sob comando de Ludovico, cujas disputas políticas se evidenciaram no Relatório de Governo enviado por ele a Getúlio Vargas. Nas palavras do Interventor de Goiás o governo que o antecedeu e que permaneceu por 20 anos antes dele eram “oligarcas dominadores da terra anhanguerina” (LUDOVICO, 1930, p. 3). As palavras do Relatório aqui, e outras também muito significativas presentes nas argumentações do texto escrito por ele, serviram de suporte para justificar a transferência da capital.

A proposta do interventor Pedro Ludovico Teixeira (1930-33), baseou-se na formulação de um espaço urbano que representasse o Estado de Goiás “em seu tempo”. Os ideais inerentes à concepção de cidade moderna estiveram presentes em seu governo e ajudaram a compor o plano de construção da nova capital. Os projetos políticos pós-30 tendiam a vislumbrar um ambiente urbano mais disciplinado e amplo, de forma a garantir mais produtividade. Esse era o cenário que se configurava rumo à ideia de que se construiria o novo. Interessante notar que até os dias atuais Goiânia aparece no cenário regional e nacional como símbolo do progresso em Goiás. Mais significativo ainda lembrar que o slogan da campanha de Ludovico era “Novo Tempo” e, tempos depois, Marcone Perillo, Governador por Goiás por dois mandatos,

elegeu-se com o slogan “Tempo Novo”. Nesse sentido, a transferência da capital era um projeto que marcava não um governo, mas as intenções de uma época.

“Goiânia é a filha mais moça e mais bonita do Brasil”: O discurso do progresso na imprensa e os sentimentos de quem ficou

Uma das fontes com as quais lidamos foi a Revista Oeste. Para os redatores da revista, as ações políticas do passado, desde o período colonial, promoveram poucas realizações no interior do Brasil. Em uma das publicações de 1942 o veículo de comunicação deu ênfase ao discurso do progresso. O texto da revista fortificou essa narrativa, dizendo que até a implementação da “Marcha para o Oeste” (projeto estadonovista pós 1937) e a construção de Goiânia não haviam se solidificado espaços urbanos significativos de progresso em Goiás. Um discurso construído para justificar a exploração dos “interiores” do Brasil. Assim, o papel da imprensa foi fundamental na construção dessa imagem. No artigo “O Brasil comeu espinafre”, também de 1942, isso fica muito evidente:

O Brasil cresceu (...) E então, sadio, potente, casou-se com a nação. A Europa, amiga antiga, chorou (...) Goiânia é a filha mais moça e mais bonita do Brasil (...) A cara do pai. Tem o seu mesmo sentimento sertanejo, o seu mesmo espírito bandeirante, a sua mesma alma cristã. Breve será moça e se casará. Se casará com o Espírito-Novo de nossa terra. Se casará, e, forte, bonita, vai dar ao Brasil vovô de amanhã uma porção de Goianiazinhas. (FIGUEIREDO, Revista Oeste, 1942, p. 37)

A construção de Goiânia e a construção do discurso do progresso obteve êxito, mas não emergiu sem a construção do discurso de que a Cidade de Goiás era atrasada e que por isso não servia mais para sediar a capital do estado. Como dito anteriormente, o termo “Goiás Velha” a remetia ao passado e não mais ao presente. Não era somente de velha capital, mas de lugar que era velho. Um discurso elaborado para atribuir a Goiânia, mesmo que ainda pouco edificada, um olhar de lugar que ofereceria possibilidades que antes não seriam possíveis.

A reação da comunidade local se deu de várias formas, inclusive na imprensa. Não é possível que voltemos no tempo e se estabeleça um diálogo com os que ali estavam e ali viviam, mas as teias das memórias são potentes o bastante para nos mostrar o movimento da história, suas mudanças e permanências, as lembranças, suas marcas e os esquecimentos que essas carregam.

“Ele não se importou de mudar a capital”: as narrativas de quem ficou

No decorrer da pesquisa foi possível perceber como os sentimentos de mágoa estiveram presentes no decorrer das experiências de vida daqueles e daquelas com os quais dialogamos. Não é possível trazermos aqui todo caminho percorrido, suas nuances, dificuldades, e percepções que foram emergindo ao logo do caminho a partes dessas conversas e seus entrelaçamentos com outras fontes, mas é possível dividir com os leitores e leitoras um pouco do que o trabalho trouxe. Os entrevistados foram perguntados sobre como a cidade ficou após a transferência da capital. A opção foi por não citar os nomes das pessoas, pois, naquela época, não havia a norma-

tiva de consentimento escrito. Embora fosse orientação não era obrigatório. O consentimento está nas gravações, à época feitas em fitas cassete. Assim, segue a fala de Dona A.C.P. com 97 anos em 1998:

Ele arrancou tudo que tinha por aqui, o Pedro Ludovico. Pergunta: “Tirou o que?”
As escolas, aqui tinha escola de direito, de farmácia, (...) tudo isso tinha, né?
Quando mudou a capital parecia que ia acabar a cidade.

As transformações no cenário da cidade e a nova configuração, agora não mais como capital, fez parte das memórias de várias pessoas. O político que não se importava com Goiás emergiu em algumas dessas memórias também na narrativa da entrevistada que foi citada anteriormente.

As casas fecharam quase inteiras (...) ficou como se fosse acabar a cidade.
(...) Ele arrancava tudo. As repartições jogavam o documento na rua. Foi malfeita essa mudança. Por isso que o povo tinha raiva dele. Povo daqui não gostava de ver o Ludo..vico.

A narrativa de Dona N. que estava com cem anos na época da sua entrevista (1999) trouxe elementos significativos para a problematização do que aparecia no decorrer da pesquisa. Um dos elementos que subsidiaram a justificativa de transferência da capital foram que a cidade não crescia, pelo contrário, diminuía, que era rodeada de morros e insalubre (Ludovico se referia inclusive aos Caiado). Assim, a cidade não era pacata, era “atrasada” de acordo com esse discurso.

Por outro lado, aqueles que ficaram lamentavam o vazio e a falta de movimento e alegava-se que a cidade estava abandonada. Com certeza o movimento diminuiu, afinal, não se tratava mais de uma capital e todos os trâmites a ela inerentes. Muitos tiveram que se mudar e a lógica do lugar foi sendo alterada.

Vimos no início desse texto que os dados de batismo do início do século XX e pós 1930 mostram alterações, mas não tão grandes e a fala de Dona N. conta para nós como a cidade que já era pacata permanecia como era – pacata:

ficou foi muito parado, né. Porque o pessoal saiu quase todo, né. Os negociantes também andaram saindo porque aqui ia ficar muito parado.

Pergunta: “Eles se mudaram pra Goiânia?

mudaram, muitos mudaram. Os empregados todos foram (...) o pessoal foi a metade pra lá (...) aqui ficar parado (...) aqui já é parado mesmo...

Pergunta: “Todo mundo apoiou Pedro Ludovico?

Não. Acho que mais da metade não apoiou.

A elaboração do sentimento de preservação vai emergindo nas entrelinhas das narrativas faladas e nas escritas, as últimas expressas em artigos de jornais locais e na solicitação de reconhecimento da cidade como Monumento Nacional. Nas narrativas orais, destacou-se Dona N. que reforçou:

aí virou um paradero mesmo (...) o povo ficou aí...largou as casas todas aí.

A capital mudou, passou muitos anos, as casas caindo, as casas velhas caindo (...) aí o povo foi e falou: nãaaoo..., vamos renascer esse trem! É que começou a fazer casa (...)

Dona N. expressa o misto dessa problemática do espaço urbano, da construção da imagem de uma cidade histórica (embora toda cidade seja histórica) e como a comunidade tem parte nesse processo.

Do que não se conclui, mas inspira continuar...

Do sentimento de vazio a “Vamos renascer esse trem”, as narrativas levam as investigações para a percepção de como se elaborou a ideia de preservação que naquele primeiro momento estava vinculada à construção do novo e da movimentação do espaço da cidade. Articulou-se a isso a criação do SPHAN em 1937 e sua primeira grande ação em cidades de cunho colonial no Brasil na década de 1950. Goiás estava nesse bojo. Em 1978 a ação do já IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) reconheceu e tombou verdadeiras malhas urbanas em Goiás, a cidade, mostrando aí como já ampliava-se a noção de patrimônio no Brasil.

As entrevistas foram realizadas na década de 1990 e esses sentimentos de mágoa estiveram presentes, ainda que nos silêncios ou nas entrelinhas na maioria das narrativas. Entretanto, em 1999 a cidade sediou o primeiro Festival Internacional de Cinema Ambiental. Foi um verdadeiro sucesso. As entrevistas continuaram depois do evento, mas algumas das falas já se apresentavam mais amenas. Logicamente o sentimento não desapareceu, pois a vida é um processo, mas a memória está sempre em movimento. Em 2001, em conversa com uma moradora local e indagada sobre o que era a cidade para ela, o comentário foi de muito orgulho, pois a cidade era pacata, melhor do que as cidades de correria. Goiás havia virado refúgio. Em 2001, quando o título de Patrimônio da Humanidade foi

concedido pelo Unesco à cidade, viveu-se uma espécie de dialética do espaço urbano, onde Goiás retoma os holofotes antes vivenciados por Goiânia. O reconhecimento da trajetória histórica da cidade como centro administrativo e referência em Goiás, é conquista fundamental para a comunidade. No entanto, não retira de nós pesquisadores o papel de pensarmos sobre histórias abafadas por concepções civilizatórias que apagam as vidas de povos originários nesse processo. Por isso e por outras, não tem fim...

Referências

CAMPOS, Itami, Mudança da Capital: uma estratégia de poder. In: **Cadernos do Indur** – estudos urbanos e regionais, n. 2. Goiânia, nov/1980.

COSTA, Castro. Sentido Ideológico de Goiânia. julho de 1942. In: **Revista Oeste**, Goiânia: Universidade Católica de Goiás/ Caixa Econômica Federal, 1983.

Entrevista com A.C.P. Goiás, jan. 1998.

Entrevista com A.C.P. Goiás, jan. 1998.

Entrevista com N. A. F. Goiás, jul. 1999.

FIGUEIREDO, Paulo Augusto de. O Brasil comeu espinafre. Julho de 1942. In: **Revista Oeste**, Goiânia: Universidade Católica de Goiás/ Caixa Econômica Federal, 1983, p. 37.

GOMIDE, Cristina Helou. **Centralismo Político e Tradição Histórica:** Cidade de Goiás (1930-1978). Dissertação de Mestrado. Goiânia: PPGH, 1999.

NIETHAMMER, Lutz. Conjuntura da Identidade Coletiva. In: **Revista Projeto História**, (15:119-171) abril/1997.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Relatório de Governo de Pedro Ludovico Teixeira ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, ao Chefe do Governo Provisório e ao Povo Goiano** – Goiás –GO, 1930-3, p. 3

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

A criação da Capitania de Goiás: o sistema de mercês e a manutenção da governabilidade

Simone Cristina Schmaltz de Rezende e Silva²

A América Portuguesa foi palco, no século XVIII, do desenvolvimento da atividade mineradora na região centro sul, o que gerou a necessidade de uma reconfiguração da estrutura administrativa neste espaço da colônia para o melhor controle metropolitano, efetivado com a criação das capitanias de Minas Gerais, de Mato Grosso e de Goiás.

Na região onde seria criada a Capitania de Goiás, o primeiro arraial a se formar com a descoberta das minas dos Guayases foi o arraial de Sant'Anna, no ano de 1726, às margens do rio Vermelho, onde foram descobertas as primeiras jazidas minerais. Outras jazidas foram sendo sistematicamente encontradas ao longo das margens dos rios da região. As minas de ouro ou de pedras preciosas, como a esmeralda e o diamante, foram as responsáveis pela formação dos diversos arraiais pelo território.

Desde a sua criação, o arraial de Sant'Anna serviu de residência para a elite administrativa das minas de Goiás. Em 1736, dez anos depois de sua formação, ele foi elevado à categoria de vila, passando a se chamar Vila Boa de Goiás, sede da futura capitania.³

2 Mestre pela Universidade de Brasília. Professora assistente da PUC Goiás.

3 A vila, do mesmo modo que as minas, recebeu este nome em homenagem à nação dos índios Guayazes que habitaram a região.

À Coroa já era perceptível a necessidade de ser criada uma estrutura administrativa que observasse de perto as atividades das minas de Goiás e do Mato Grosso. A grande extensão territorial gerava dificuldades para o governo da Capitania de São Paulo administrá-las, e isto representava uma ameaça concreta à arrecadação fiscal metropolitana.

Em correspondência de 1736, endereçada pelo rei D. João V através do Conselho Ultramarino ao então Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo, Luiz de Mascarenhas, o conde de Sarzedas já demonstrava essa necessidade. A Coroa requeria do governador dados a respeito da situação das minas dos Guayases e informações sobre as medidas para melhor governá-las.

(...) informeis exatamente tudo o que naqueles districtos necessitar de providência se deve formarse nos ditos Goyaz Governo separado, ou mais vilas e justiças para que eu resolva o que me parecer conveniente.⁴

Para a Coroa portuguesa a melhor forma para controlar as minas seria implantar uma organização específica para a região dos Guayazes, visto que um governo com uma administração e justiça presentes poderia garantir um saldo mais positivo em relação à produção mineral, seguindo seus objetivos de obtenção de lucros.

⁴ Doc. n.º. 68 de 30 de setembro de 1739. CD-ROM 1 (Arquivo Histórico Ultramarino - AHU).

Através de Decisão Régia datada de 9 de maio de 1748, foram desmembradas da Capitania de São Paulo as minas de Goiás e as de Mato Grosso e Cuiabá, sendo estas duas elevadas à categoria de Capitania de Minas.

A mesma decisão destituiu São Paulo da condição de Capitania e colocou-a sob a administração da Capitania do Rio de Janeiro e do seu Governador e Capitão-General, Gomes Freire de Andrade, o conde de Bobadela, que também administrou interinamente as novas capitanias até a posse de seus novos governantes.⁵

Faço saber a vós Gomes Freire de Andrade, Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro que por resolutos se criem de novo dous governos, um nas Minas de Goiaz, outro nas de Cuiabá, e considerar ser desnecessário que haja mais em São Paulo, Governador com patente de General (...).⁶

Estava assim criada formalmente a Capitania de Goiás, como o primeiro passo da administração da Coroa no sentido de estabelecer a estrutura administrativa necessária para otimizar a administração das minas e consequentemente enviar riquezas para a metrópole.⁷

5 A região de São Paulo permaneceu subordinada à Capitania do Rio de Janeiro até 1765, quando lhe foi restabelecida a condição de capitania.

6 MENDONÇA, Estêvão. **Datas mato-grossenses**. v. 1, Nictheroi: Escola Typ. Salesiana, 1919, p. 243.

7 O nome da capitania consta na documentação escrito de diversas formas: Guaiases, Guayazes, Goyazes, Goyaz, Goyas, Goiaz e Goiás, sendo que foi adotada a nomenclatura utilizada atualmente no estado.

O controle do poder real na colônia se efetivava através da estratégia da delegação de poderes pela monarquia portuguesa a particulares, que assumiam os ofícios coloniais e exerciam suas funções administrativas não apenas em seu nome, mas sobretudo em nome do soberano, evidenciando o imbricamento entre o público e o privado, característico do exercício do poder luso no período moderno.

Conforme afirma Fragoso, o sistema de mercês era uma prática antiga da sociedade lusa, originária no contexto das guerras de Reconquista no período medieval contra os muçulmanos em Portugal, que reforçava o caráter corporativo da monarquia, formando uma nobreza advinda de benefícios reais, uma vez que recebia concessões de postos administrativos e/ou militares que, além de vencimentos, poderiam proporcionar privilégios mercantis (FRAGOSO, 2010.)

Ainda no ano de 1748 foram nomeadas as pessoas que ocupariam os principais cargos da administração da Capitania de Goiás. As nomeações, que eram elaboradas sob a forma de decreto real e acrescidas de uma carta patente, tinham a validade de três anos. Para ocupar o principal cargo da administração da Capitania de Goiás, de Governador e Capitão-General, foi nomeado pelo rei D. João V, em julho de 1748, o lusitano D. Marcos José de Noronha e Brito, o sexto Conde dos Arcos, que governava na época a Capitania de Pernambuco.⁸

⁸ D. Marcos José de Noronha e Brito foi nomeado para o cargo de Governador e Capitão-General da Capitania de Pernambuco em 1745, o que mostra que a sua nomeação para o governo da Capitania de Goiás em 1748 deu-se no mesmo ano em que findaria o seu mandato em Pernambuco.

Tendo consideração as qualidades, merecimentos e serviços que concorrem na pessoa de D. Marcos de Noronha, e a que dará inteira satisfação a tudo o que lhe for encarregado: Hey por bem nomeallo Governador, e Capitão General da Capitania do Goyás por tempo de tres annos. O Cons.º Ultramarino o tenha assim entendido e lhe mandará passar os despachos necessários. Lisboa vinte e seis de Julho de mil setecentos, e quarenta e oito.⁹

Nascido em Lisboa no ano de 1712, Marcos José de Noronha e Brito tinha raízes espanholas e nobres que remontavam ao século XIV. Os Noronha descendiam de D. Afonso, conde de Noronha e de Gijon, filho bastardo de Henrique II, rei Castela. D. Afonso casou-se com D. Isabel, filha natural do rei D. Fernando de Portugal, e assim a nobre família estabeleceu-se em terras lusitanas.

Em Portugal, a família Noronha tradicionalmente ocupou cargos de comando na administração lusitana, notadamente no período da expansão marítimo-comercial no século XV. Os cargos ocupados pelos membros da família geralmente eram exercidos nas possessões portuguesas, o que mostra a tradição da família como auxiliar da administração da Coroa portuguesa no ultramar.

O título de conde dos Arcos foi criado no início do século XVI, em 1620 pelo rei da Espanha Filipe III. D. Marcos José de Noronha e Brito foi agraciado com o título em 1750 pelo rei de

⁹ Doc. n.º 374, de 26 de julho de 1748. CD-ROM 1(AHU).

Portugal D. José, ano que coincide, portanto, com o período em que ocupava o cargo de Governador e Capitão-General da Capitania de Goiás.

Para os demais cargos da administração do governo da Capitania houve diversas nomeações, ainda em 1748, por meio de Decreto Real, sendo que a forma de ocupação dos cargos da administração seguia uma regra geral. Em primeiro lugar, a pessoa interessada em obter um cargo na Capitania teria que expressar tal desejo por escrito e aguardar que a Coroa referendasse ou não seu nome. Em caso positivo, o interessado pagaria uma quantia pré-determinada como donativo para ter direito ao ofício pleiteado, além de comprometer-se em efetuar o pagamento da terça parte de tudo o que adquirisse durante o período em que ocupasse o cargo. Como exemplo, pode-se citar o Decreto Real de nomeação de um tabelião para a Capitania de Goiás em 1748.

Hey por bem fazeer mercê a Domingos da Fonseca Marques da serventia do officio de Tabalião do Arrayal dos Tocantins Comarca dos Goyaz por tempo de três anos, e em seu impedimento poderá nomear pessoa que sirva o ditto officio nos referidos annos. O Conselho Ultramarino o tenha assim entendido, me mande passar os despachos necessários, constando-lhe primeiro haver feito entrega ao Thesoureiro da Consignação Real de novecentos mil reis que offerece de Donativo para minha Real Fazenda, e no provimento que se lhe passar se declarará que há de pagar as terças partes na forma das ordens que há para

este effeito. Lisboa a doze de agosto de mil setecentos quarenta e oito.

Cumprasse e registesse. Lisboa, 21 de Agosto de 1748.¹⁰

Os donativos pagos por ofício não possuíam os mesmos valores. A documentação deixa claro que esses valores variavam de acordo com a natureza do ofício e com a importância política e/ou econômica de cada localidade. Citemos como exemplo o caso do ofício de tabelião¹¹ exposto no quadro a seguir:

Valores dos donativos para o cargo de tabelião da Capitania de Goiás em 1748	
Arraial de Nossa Senhora dos Remédios	310.000 réis
Arraial do Tocantins	900.000 réis
Arraial de São Félix	100.000 réis
Arraial de Nossa Senhora do Pilar de Crixás	1 conto de réis

Os interessados poderiam também arrematar mais de um cargo público na própria Capitania, desde que comprovasse, mediante uma declaração, que os ofícios seriam exercidos por pessoas diferentes. Assim, o caminho na Capitania de Goiás esteve aberto, aos que já possuíam riquezas e influência, para que pudessem aumentar suas posses e seu poder político.

¹⁰ Doc. n.º 381 de 12 de agosto de 1748, CD-ROM1(AHU).

¹¹ A função pública de tabelião consistia principalmente em reconhecer assinaturas e redigir documentos diversos da administração.

O quadro da administração da Capitania de Goiás formou-se assim, sobretudo, a partir da montagem de uma estrutura baseada no sistema lusitano de distribuição de mercês, promovido pela monarquia, como estratégia política de passar para as mãos de particulares a tarefa de explorar as riquezas e administrar o território da América portuguesa, mantendo, ao mesmo tempo a atividade sob sua supervisão, uma vez que a concessão dos benefícios estreitava os laços dos beneficiários com a Coroa.

Dessa forma pretendia-se manter o poder sobre a administração colonial pois, aos administradores/exploradores locais, caberia repassar para a metrópole parte de tudo o que obtivessem com as atividades de exploração, além de administrar a região em nome da Coroa, o que evitava o dispêndio de recursos reais com tal empresa. Essa estratégia evidenciava a busca da manutenção da governabilidade metropolitana na colônia, assegurada, por uma política que, fundada na distribuição de poderes, organizava-se de maneira a estar interligada diretamente ao eixo central da administração portuguesa.

Referências

Fontes

Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Goiás (1731–1822) existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – Lisboa – Portugal, disponíveis em CD-ROM no Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) – Sociedade Goiana de Cultura (SGC) – Goiânia – GO.

Bibliografia

BOXER, Charles R. **A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FRAGOSO, João et al. **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI -XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GARCIA, Rodolfo A. A. **Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil: 1500-1810**. 2ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1975.

GOMEZ, L. Palacin. **Goiás: 1722 – 1822. Estrutura e conjuntura numa capitania de minas**. 2ª ed. Goiânia: Oriente, 1976.

GUEDES, Alfredo Libâneo. **História administrativa do Brasil**. v.4.[s.l.]: Dasp, 1962.

HESPANHA, Antônio Manuel (Dir.) **Poder e instituições na Europa do antigo regime**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

HOLANDA, Sergio Buarque de (Dir.) **História Geral da Civilização Brasileira: T. I e II: A época colonial**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

MATTOSO, José (Dir.) **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa (v.4: O Antigo Regime: 1620 – 1807), 1998.

MENDONÇA, Estêvão. **Datas mato-grossenses**. v. 1, Nictheroi: Escola Typ. Salesiana, 1919.

SALGADO, Graça et al. **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985.

SERRÃO, Joel de; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.). **Nova História da Expansão Portuguesa**. Lisboa: Estampa, 1991. V. 7: O Império Luso-Brasileiro 1620-1750. Cord. Frédéric Mauro.

Cidade de Goiás: Patrimônio da Humanidade

*João Marcelo Farias Rodrigues*¹²

*Pollyana Custódia Ferreira Santos*¹³

Em 1937, por meio do decreto 1.816, o governador do Estado de Goiás Pedro Ludovico transferia a capital do estado de Goiás para Goiânia. Iniciava-se um processo de transferência de várias instituições para a nova capital. Todo esse processo com inúmeros desdobramentos sociais, econômicos e políticos, colocava em questão o significado da cidade de Goiás em diversos aspectos. Como afirma Tamaso (2007, p. 91):

O revelado temor do prejuízo econômico obnubilava o fator simbólico: a mudança da capital abalava a relação da cidade com todo o estado. A cidade de Goiás perderia o seu maior valor simbólico que era o de ser a capital.

A posição da cidade de Goiás como capital fora-lhe retirada, e o que restou do doloroso processo de transferência foi o surgimento de uma narrativa de valorização da cidade de Goiás não mais como capital, mais sim como importante centro cultural e histórico do estado. Nesse sentido, ocorreram diversos tombamentos na década de 1950. Vale aqui lembrar que a expressão “tombar” é utilizada para designar a garantia,

12 Graduando em História pela Universidade Estadual de Goiás.

13 Graduanda em História pela Universidade Estadual de Goiás.

por meio da lei, da preservação de determinado patrimônio cultural nacional ou regional. Esses tombamentos, realizados na década de 1950, são resultados do trabalho realizado pelo arquiteto Edgar Jacintho, funcionário do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que conclui um estudo acerca das obras e monumentos da cidade e demonstrou a necessidade de realização de alguns tombamentos pontuais que foram sendo realizados na década de 1950, mas que não contemplavam todo o centro histórico.

Em diversos momentos de todo o processo que irá tornar a cidade patrimônio da humanidade, os tombamentos foram enxergados com desconfiança pela população local, que inicialmente desconhecia o tombamento e suas funções, e que posteriormente viu no ato de tombar um entrave para o reerguimento da cidade. De fato, sempre houve dúvidas por parte da população e elite local no que tange a preservação histórica da cidade.

Já em 1961 o então governador Mauro Borges, filho do ex-governador Pedro Ludovico, assina o decreto nº 48, em que instituía que uma vez por ano, na última semana do mês de julho, a capital do estado de Goiás seria transferida para a cidade de Goiás. Segundo Tamasso (2007, p. 147):

O governo Mauro Borges possibilitou que a superação do trauma fosse iniciada ao restituir simbolicamente a cidade das perdas, pelas quais o pai era responsabilizado. A população é declaradamente grata a Mauro Borges pela retomada de parte da autoestima, que lhes fora carregada por seu pai.

O governador Mauro Borges reativa as ligações entre o governo estadual e a sua antiga capital quando à torna patrimônio estadual. “A categoria patrimônio pela primeira vez surgiu no plano do governo do estado [...]” (TAMASO, 2007, p. 149). Os cidadãos vilaboenses se deparavam com ações práticas do governo que buscavam reafirmar uma ligação do estado de Goiás com a cidade.

Em contraste com a boa avaliação feita pela população acerca da volta da capital para a cidade de Goiás no mês de julho, o reconhecimento a nível estadual da cidade como patrimônio não tinha a aprovação unânime da população. O tombamento era enxergado por muitos moradores como um impedimento ao progresso e a modernização da cidade. Como afirma Tamaso (2007, p. 150)

Uma cidade que tinha perdido a capital por problemas de localização geográfica, de saneamento básico, de insalubridade etc., poderia ser também vista como uma cidade museu; o que poderia remeter ao sentido de estagnada, atrasada e velha.

A heterogeneidade de ideias durante os anos que constituíram o processo de luta pela preservação, cujo saldo final é o reconhecimento da cidade como patrimônio da humanidade, é resultado da forma com que a cidade foi tratada durante a mudança da capital para Goiânia. A mudança causou na população local um misto de indignação e tristeza. São diversas manifestações da população que tinham como objetivo parar os tombamentos, e conseqüentemente a construção da cidade como cidade “histórica”.

Já em 1978, a cidade de Goiás se torna patrimônio da nação por meio da atuação do IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que amplia a área tombada, e faz a delimitação do centro histórico. Como afirma Delgado (2005, p. 125):

O vínculo entre patrimônio e conjunto urbano denota uma alteração de concepção estabelecida até então pelo órgão público, pois a exemplaridade não está mais situada em monumentos destacados da paisagem da cidade. Ao contrário, o tombamento incidu sobre a paisagem urbana como um todo e estabeleceu que parte considerável da cidade se submeteria às regras de preservação. A ação do poder público conforma, portanto, um conjunto de bens culturais e delimita o “centro histórico” para caracterizar Goiás como monumento nacional.

Os espaços preservados deixam de ser monumentos específicos e se torna toda uma área urbana delimitada e sob o controle de órgãos competentes. As características urbanísticas da cidade são incluídas como justificativa para a conservação dela.

É importante destacar também as mudanças que ocorreram no âmbito nacional relacionadas as políticas de incentivo ao turismo e a economia. “A atuação do Iphan em Goiás estava de acordo com as concepções e estratégias do Programa das Cidades Históricas, criado pelo governo federal em 1973 para estimular o turismo.” (DELGADO, 2005, p. 126). A mudança de postura do governo federal em relação ao patri-

mônio cria uma ampliação do próprio conceito de patrimônio, o que influencia na delimitação do centro histórico da cidade de Goiás e na restauração de diversos monumentos.

É possível observar uma evolução no processo de reconhecimento da importância histórica da cidade. Inicia-se na década de 1950 no tombamento de alguns locais da cidade, depois ocorre o estabelecimento simbólico da cidade como capital, o reconhecimento como patrimônio estadual e reestabelecimento de vínculo com o governo estadual, reconhecimento a nível nacional, e o que será tratado a partir de agora, a cidade como patrimônio da humanidade.

O processo para o reconhecimento da Cidade de Goiás, tal qual patrimônio da humanidade reconhecida pelo UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) no ano de 2001, se concebe, tendo como prelúdio, ao se analisar esse processo em sua totalidade, os diversos tombamentos e o reconhecimento como Patrimônio Histórico por órgãos governamentais de esferas estadual e federal, já descritos anteriormente, se validam a serem requisitos necessários e citados em documentos posteriores, imprescindíveis para a certificação concedida pela UNESCO à Cidade de Goiás, sendo este documento um “(...) Dossiê intitulado *Proposition d’Inscription de la Ville de Goiás sur la Liste du Patrimoine Mondial*, foi entregue ao Itamaraty (...)”, no dia 30 de junho de 1999, (TAMASO, 2007, p. 166-167).

No decorrer do processo de análise e levantamento, de informações e dados da Cidade de Goiás afim de elaborar o Dossiê a ser enviado e examinado aos órgãos federais e internacionais, cabe narrar a relevância de indivíduos em particular e organizações vilaboenses, que atuaram em preservar e difundir uma nomeada “cultura goiana”, ao qual sua origem

estaria intrínseca na Cidade de Goiás, podendo-se elencar dois vitais representantes desta cultura goiana, primeiramente “a Organização Vilaboense de Artes e Tradições, fundada com a proposta de “resgatar” e “manter as tradições” de Goiás, essa entidade torna-se responsável pela instituição da cidade como “berço da cultura goiana”(DELGADO, 2005, p.115). E o outro representante, sendo um indivíduo, se refere a poetisa Cora Coralina, tal qual o trecho a seguir explana,

Outro agente da construção de Goiás como âncora da identidade regional e nacional é Cora Coralina. Ao entretecer o rememorar do tempo aos espaços da cidade, ela torna-se artífice de significados para o passado e compõe um mapa da memória que é peça estratégica na consagração de Goiás enquanto cidade histórica e turística. (DELGADO, 2005, p. 115).

Assim, a “cultura goiana” a qual utilizada no Dossiê como elemento que fundamenta a narrativa desenvolvida neste documento, esta sendo imprescindível na justificava na busca da Cidade de Goiás pelo reconhecimento nacional e internacional de sua importância e legitimidade de suas expressões imateriais e suas construções. Porém, é certo apontar que a cultura goiana relatada e propagada nestes locais oficiais ou não, cabe crítica fundamentada em outros autores, os quais argumentam que ela seria restrita ao certo grupo da sociedade vilaboense e não representaria a diversidade a totalidade desta. No mais, essa cultura restrita sobreponha as demais particularidades ali

presentes, por ser construída a partir de representações de uma camada social, que procurava estabelecer esta como normativa, do mesmo modo divulga-la, em destaque no Dossiê,

(...) uma vez que é nele que está inscrita a história selecionada (devidamente higienizada) para ser contada, a memória boa para ser lembrada, a tradição a ser narrada, a cultura a ser referendada; enfim, o passado que no presente da construção retórica do *Dossiê* é útil para acionar eficientemente a categoria *patrimônio mundial*. (TAMASO, 2007, p. 167).

Para além da procura por uma legitimação e construção de memória coletiva goiana por meio da simbologia, materializada na Cidade de Goiás, é válido destacar os usos políticos e justaposição cultural, evidenciados no processo de reconhecimento como Patrimônio da Humanidade. Como exemplo, em uma entrevista no ano de 2002 “o ex-prefeito de Goiás, João Batista Valim, indica ter sido ele a primeira pessoa a ter se pronunciado sobre a possibilidade de Goiás se candidatar ao título de *patrimônio mundial*.” (TAMASO, 2007, p.162-163). Por conseguinte, os bastidores de futura indicação da cidade a Unesco se daria segundo Valim no início dos anos de 1990, entretanto foi no final desta década que se tornaria efetiva com a participação de representantes civis de projeção dentro da sociedade vilaboense, os quais fundaram o Movimento Pró-Cidade de Goiás, em 1997, que posterior atuou na obtenção de recursos financeiros para a elaboração do Dossiê em 1999, a ser enviado em momento

futuro ao Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores), “que o encaminhou ao ICOMOS” (*International Council on Monuments and Sites*) (TAMASO, 2007, p. 163), que se trata de

(...) uma organização internacional, não governamental, de profissionais – arquitetos, historiadores da arte, geógrafos, antropólogos, engenheiros e urbanistas – dedicados à conservação de monumentos e sítios históricos do mundo; sendo um dos três organismos de consulta do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO. (TAMASO, 2007, p. 163)

Se referindo ao documento primordial a aquisição do título de Patrimônio da Humanidade, o Dossiê nomeado *Proposição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade*, é composto por uma série de registros escritos, dados, textos e registros visuais, que fundamentam e constroem a narrativa de comprovação do “caráter excepcional” ao qual a Cidade de Goiás possui, e este caráter compõe os requisitos necessários na análise do pedido de legitimação do patrimônio.

O *Dossiê* compõe-se de um Formulário e seis Anexos com as seguintes informações. O “Formulário UNESCO” contém dados sobre (a) identificação do bem; (b) justificativa da inscrição; (c) descrição do bem; (d) gestão; (e) ameaças ao bem; (f) manutenção e documentação. O Anexo I apresenta (a) a cartografia antiga e atual, (b) imagens da zona *tampon* paisagística

Serra Dourada e (c) fotos antigas e atuais da cidade. O Anexo II informa sobre (a) Goiás e a ocupação do Brasil Central, (b) história e cultura, (c) evolução urbana da cidade, (d) relatos dos viajantes europeus, (e) legislação sobre patrimônio e (f) bibliografia. O Anexo III faz levantamento dos (a) bens imóveis e (b) bens móveis integrados. O Anexo IV se compõe do Inventário Nacional de Referências Culturais. O Anexo V detalha informações sobre arquitetura vernacular e o Anexo VI faz uma síntese dos anteriores com ênfase na arquitetura vernacular. (TAMASO, 2007, p. 167)

No dia 30 de junho de 1999, se iniciou oficialmente o processo de titulação da Cidade de Goiás pela UNESCO com o envio deste Dossiê ao Ministério das Relações Exteriores, e este o conduziu ao ICOMOS. E somente no ano seguinte, 2001, no mês de janeiro foi enviado um representante dessa organização a cidade, afim de uma avaliação presencial das informações presentes no Dossiê, o qual relatou uma apreciação positiva à candidatura de Goiás a *Patrimônio Mundial*. Neste momento, aqueles que participaram ativamente deste processo já se encontravam confiantes e em comemoração à futura aquisição do título. Dois meses a visita do representante, no dia 28 de março de 2001, “o ICOMOS aprovou por unanimidade a cidade de Goiás como patrimônio da humanidade” (TAMASO, 2008, p. 167), e somente em dezembro segundo Tamaso (2007, p. 167) no dia 13 do mesmo ano durante reunião realizada na cidade Helsinque, Finlândia, a UNESCO concebeu o título de “Patrimônio Mundial” a Cidade de Goiás.

Apesar dos festejos na cidade se iniciaram logo após a aprovação em março, o anúncio oficial do título se deu modo repentino, devido a antecipação da nomeação pela UNESCO, assim a notícia não era esperada na data ao qual foi efetivada, coincidentemente na comemoração religiosa católica a Santa Luzia na cidade, apenas dois dias depois se organizou um evento oficial de celebração a nomeação, com a participação de políticos regionais e representantes da elite vilaboense.

No dia 15 de dezembro, sábado aconteciam as comemorações oficiais. Começaram. Às 05h30minn acordei com o som de banda. Vinha do Largo do Coreto. (...) A banda era de Senador Canedo e já na quinta música o som da banda dividia o espaço com o som das varredeiras de ruas. (...) Música, fogos e sinos até o fim do dia. (TAMASO, 2007, p. 214).

Após esse processo a Cidade de Goiás se legitimou por meio de órgãos não governamentais e governamentais nacionais e internacionais, como representação material e imaterial de expressão de uma cultura goiana, elitizada e restrita, porém que se faz presente no imaginário da população goiana em suma, sendo símbolo concreto, oficial e turístico desta.

Referências

DELGADO, Andréa Ferreira. Goiás: a invenção da cidade” Patrimônio da Humanidade”. **Horizontes antropológicos**, v. 11, p. 113-143, 2005.

DOSSIÊ: **proposição de inscrição da Cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade**. Goiânia: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1999. 1 CD-ROM.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, J. (Org.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense S. A, 1981.

TAMASO, Izabela Maria. **Em nome de patrimônio**: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. 2007.

A Procissão do Fogaréu em imagens

Taís Nathanny da Silva¹⁴

Wemerson dos Santos Romualdo¹⁵

Toda manifestação cultural e/ou religiosa contribui para a valorização dos lugares e de toda uma cultura, essas manifestações têm a sua ação sobre os espaços, sobre a sociedade e o ritmo da vida cotidiana. A *Procissão do Fogaréu*, na Cidade de Goiás, pode ser vista como exemplo de uma manifestação que altera o ritmo comum de uma cidade e seus habitantes, atrai o público religioso, turistas e pesquisadores ao número de milhares.

É notório que a *Procissão do Fogaréu* pode ser definida não somente como uma manifestação religiosa, mas também cultural da Cidade de Goiás e quiçá em âmbito nacional, e, por esse motivo denominada como uma festa tradicional. A compreensão dos objetos historiográficos demanda a compreensão de determinados conceitos, relacionados à própria documentação e aos procedimentos de preservação das cronologias dos eventos, e produção das narrativas sobre certo acontecimento. Dentre estes conceitos fundamentais, o primeiro que destacaremos é o conceito de memória — pois a memória está associada às decisões conscientes dos autores sobre quais eventos devem ser preservados pela escrita, e quais eventos poderão ser esquecidos.

14 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

15 Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Bolsista de Iniciação Científica CNPq. Orientadora: Dra. Renata Cristina de Sousa Nascimento (PUC Goiás/ UFJ/ UEG).

A *Procissão do Fogaréu* envolve um constante lembrar de narrativas tradicionais acerca da narrativa bíblica. Nesse sentido, procuramos entender a memória como a concebe Patrick Geary, que a vê dotada de sentidos diversos. No entanto, em sua dimensão social, a memória “permite à sociedade renovar e reformar sua compreensão do passado a fim de integrá-lo em sua identidade presente” (GEARY, 2002, p. 192). Desse modo, a memória social abarca as memórias da liturgia, da historiografia, da genealogia, da tradição oral e demais formas de produção e reprodução culturais por meio das quais os sujeitos e grupos vivem com o passado.



Fiéis e turistas portando as tochas na *Procissão do Fogaréu*.
Acervo dos autores.

Deste modo, a *Procissão do Fogaréu* está inserida no que nos convencionou denominar tradição. Eric Hobsbawm, apropriadamente, afirmou que as tradições são mormente

tradições inventadas e que o conceito de tradição se distingue do conceito de costume pela orientação objetiva do primeiro para assegurar a invariabilidade (HOBSBAWM, 1984, p. 10). As tradições caracterizam os meios pelos quais a humanidade pretérita quis orientar as posteriores sociedades dos viventes. Como afirmou Jörn Rüsen, as tradições não são “um passado tratado intencionalmente”, mas antes um componente intencional direcionado do passado para o futuro. Ou seja, a tradição atua antes que a consciência histórica possa interferir (RÜSEN, 2001, p. 76). Por esta razão é imperativo que o historiador interfira sobre a tradição.

Compreender o desenvolvimento relacional entre as tradições pretéritas e o presente (quer dizer, o contexto da atual da manifestação), dependerá do exame sobre um conceito fundamental: o imaginário, uma vez que a memória se realiza por meio das tradições e se constitui através do recurso aos imaginários culturais, sociais e políticos. Os imaginários compreendem o grande arcabouço de imagens que as sociedades humanas fazem sobre si, constroem e nutrem para si, um inventário criado na (e a partir da) memória das suas mitologias e dos eventos passados. Os imaginários são, nas palavras do antropólogo Gilbert Durand, “a matriz original a partir da qual todo o pensamento racionalizado e o seu cortejo semiológico se desenvolvem”, formando o arquétipo fundamental da imaginação (DURAND, 2012, p. 31). Orientando as tradições, este mundo imagético abrange todo o campo da psicologia humana.

Por sua vez, as tradições religiosas – além desses elementos já citados – têm um caráter de valores e princípios culturais e morais de um determinado grupo. Tais tradições vão aos poucos ganhando o *status* de festas religiosas, que não

necessariamente possuem um sentido vinculado à alegria, mas uma definição de “um tempo de exceção” (ZALUAR *apud* SOUZA, 2009, p. 99-111) e complementarmente da noção de uma “efervescência coletiva” (PEREZ *apud* SOUZA, 2009, p. 99-111). A festa religiosa é um tempo fora do tempo ou de uma pausa no tempo, a compreensão de uma temporalidade que se difere do ritmo comum da vida, na qual as pessoas paralisam suas atividades corriqueiras e se deslocam para um outro lugar, a fim de vivenciarem a memória de um tempo da fé. Ao mesmo tempo, essa ação é de efervescência coletiva. Não se exclui de modo algum as motivações subjetivas, mas todas se congregam no mesmo fenômeno religioso e recordam a mesma memória, a maior parte dos rituais religiosos tem o sentido de uma comunidade reunida.

A *Procissão do Fogaréu* é uma exceção do tempo comum de uma cidade histórica no centro no Brasil, recorda um evento de fé, de uma outra temporalidade e localidade: a procura e prisão de Cristo pelos soldados romanos há praticamente dois milênios. A festa religiosa resgata uma outra temporalidade e uma outra espacialidade – não só o tempo é rememorado, de alguma forma o espaço atual dos fiéis é marcado ou modificado a fim de reproduzir o espaço relativo à temporalidade rememorada. Em outras palavras, as igrejas nas quais é encenada a *Procissão do Fogaréu* têm o sentido de reproduzir a Jerusalém Sagrada, o pretório, o caminho e o Horto das Oliveiras. A lógica da festa religiosa busca inserir os fiéis nos contextos rememorados.

Identificamos até aqui que a *Procissão do Fogaréu* é uma tradição religiosa-cultural e uma festa religiosa, é preciso acrescentar ainda o seu sentido processional. A origem do termo procissão é do verbo latino *procedere* que pode significar

marchar, ir em frente, caminhar, uma saída solene e cortejo religioso. A utilização de procissões no catolicismo remonta à Antiguidade, tanto às procissões religiosas quanto às procissões dos condenados acompanhados pelos soldados romanos que anunciavam os crimes (MACHADO, 2014/2015, p. 137), que foram cristianizadas na Idade Média, adquirindo caráter festivo e penitencial (TERUEL, 2016, p. 182).



Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte (ponto inicial da *Procissão do Fogaréu*). Acervo dos autores.

A procissão é em si uma cerimônia eclesial que absorve, nas ruas, elementos da cultura local, elementos muitas vezes sincréticos que não encontram espaço nos ritos ordinários e

litúrgicos intereclesiais. Ao sair nas ruas os sentidos humanos são tocados (SOUZA, 2007, p. 279.), na *Procissão do Fogaréu* os ruídos das chamas das tochas, os passos rápidos e fortes nas ruas de pedra da cidade de Goiás, o vento, o som da água ao cruzar o rio Vermelho, os tambores, os diálogos dos fiéis e turistas, fazem parte da experiência subjetiva deste fenômeno religioso.

Uma tradição, uma festa, uma procissão que como um teatro aberto encena um tema central da fé cristã, a Paixão de Cristo. Este momento da vida de Jesus é o “ritual máximo de cultivo e afirmação do fervor religioso, de rememoração da dor e do sofrimento humano expressos na crucificação” (SOUZA, 2009, p. 107). De fato, não seria difícil afirmar que o tema da Paixão seja o mais recorrente nas práticas devocionais do cristianismo católico, algo que se deve muito à Cristandade medieval, e a identificação do sofrimento de Jesus com o sofrimento humano.

A *Organização Vilaboense de Artes e Tradições*, com o intuito de preservar as tradições e manifestações culturais da Cidade de Goiás, iniciaram em 1965 uma investigação – por meio da história oral e de registros nos livros da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos – com o objetivo de remontar atividades processionais realizadas nos séculos XVIII e XIX naquela cidade. Por intermédio das consultas e dos relatos do vilaboenses mais vividos, uma valiosa pesquisa – que se estendeu desde o levantamento iconográfico até a (re)construção das indumentárias que preservam a identidade dos fiéis que se dispõem a encenarem os perseguidores de Cristo. Como supracitado, o exercício da memória está associada as escolhas conscientes de preservação e esquecimento, assim, a OVAT reativa o que hoje é uma das atividades mais importantes da Cidade de Goiás:

a *Procissão do Fogaréu*, uma festa que dá à sociedade vilaboense a possibilidade de renovar e, de alguma forma, reformar sua compreensão do passado a fim de integrá-lo em sua identidade presente expressando sua devoção muito além de suas serras circundantes.



Procissão cruzando o Rio Vermelho. Acervo dos autores.

A *Procissão do Fogaréu* envolve a encenação das principais passagens bíblicas que antecedem a crucificação de Cristo. Em resumo, seus agentes principais são os farricocos, que representam os soldados romanos, e uma percussão que embala e dá ritmo a procissão. Há três espaços principais: a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, a Igreja do Santo Rosário dos Pretos e a Igreja de São Francisco – as igrejas católicas no contexto vilaboense, especialmente nos séculos XVIII

e XIX, eram monumentos que “reforçavam a identidade cristã e europeia”, além de possuírem uma “importância simbólica” a essa sociedade (OLIVEIRA, 2014, p. 28-47, 2014, p. 42-43).

Tantos os espaços quanto a *Procissão* são patrimônios. Manifestações religiosas, culturais e artísticas são bens identitários locais, regionais e as vezes nacionais.

a origem destas figuras [os farricocos] remonta aos tempos do paganismo pré-cristão [...] Posteriormente cristianizados, andavam pelas ruas chamando os pecadores públicos, os quais, depois de também terem feito penitência durante a Quaresma e se mostrarem arrependidos, iam ser publicamente perdoados e reintegrados na Igreja, aplicando-lhes a indulgência ou «endoença». Esta prática de reconciliação dos penitentes públicos durou até ao século XIV, quando teria sido substituída pela Procissão da Penitência. (MACHADO, 2014/2015, p. 137.)

Quarenta homens vestem as indumentárias que são preparadas no Quartel dos Vinte por mulheres passadeiras um ou dois dias antes do festejo. As cores são as mais vivas possíveis e há apenas um farricoco que usa túnica branca e faixa vermelha – ele é o responsável por carregar o estandarte com o rosto de Cristo¹⁶ e possui um lugar de destaque. Minutos antes do início da procissão, um coral de crianças, que

¹⁶ Uma réplica da representação José Joaquim da Veiga Valle. A obra original está exposta na Igreja da Boa Morte, na Cidade de Goiás.

participam de um programa social organizado pela OVAT, faz uma apresentação nas escadas da Igreja da Boa Morte. O grupo de farricocos parte à meia noite da quinta-feira da Semana Santa, do mesmo ponto – neste momento a iluminação da cidade é apagada e tochas são distribuídas e carregadas pelos fiéis iluminam o trajeto.



Grupo dos 40 farricocos. Acervo dos autores.

A *Procissão* se desloca cruzando o Rio Vermelho em frente à Casa de Cora Coralina e chega à Igreja do Santo Rosário dos Pretos, ali é a primeira parada. Em seguida, a multidão segue

por entre ruas e becos acompanhando os largos passos dos farricocos até chegar à Igreja de São Francisco, onde o bispo faz uso da palavra. As autoridades assistem a cerimônia na Casa do IPHAN, que fica em frente à igreja. Após o término da pregação, a Procissão regressa ao ponto de partida, na Igreja da Boa Morte e ali é encerrada¹⁷.



Detalhe de um farricoco. Acervo dos autores.

Destacamos que a visão totalizante do real e requer do historiador os esforços para compreender o aspecto geral, e

¹⁷ Os farricocos retornam ao Quartel do Vinte onde guardam as indumentárias.

esta observação sobre o todo deve ser acompanhada por uma análise criteriosa. Neste sentido, os conceitos de memória e tradição se inter-relacionam como significantes do contexto histórico, e por seu intermédio podemos compreender as estruturas fundacionais das tentativas de preservação do patrimônio da cidade. Se tivermos em conta a assertiva de Estevão de Rezende Martins, a memória se apresenta como a senhora do tempo, porque é pelo recurso à memória e às práticas rememorativas que os indivíduos percebem o tempo e adquirem consciência histórica (REZENDE, 2008, p. 19).



Igreja do Rosário dos Pretos, segundo ponto da *Procissão*.
Acervo dos autores.

Pierre Nora irá considerar que a “memória emerge de um grupo que ela une” (NORA, 2012, p.18). A característica

dessa memória é sua condição mutável, em suma, a memória é vida. Dessa forma, possui como característica inerente um constante processo de atualização, estando sempre sujeita aos esquecimentos e silêncios. Isto posto, é necessário salientar que, quando a memória alça o espaço público, as disputas em torno da “veracidade” e da “autenticidade” do discurso se tornam mais evidentes. A memória coletiva da festa é um dos alicerces da identidade da cidade, sendo assim, o discurso não é considerado autêntico apenas no caráter pessoal, mas têm também de uma confirmação social.



Igreja de São Francisco e o achado do Sudário.

Acervo dos autores.

Ao considerar como parte fundamental o caráter explícito do exercício de lembrar, as pesquisas do filósofo francês Paul Ricoeur (2007) também acrescentaram pontos de reflexão fundamentais para nossa análise. Segundo o autor, lembrar-se não é somente acolher, receber uma imagem do passado, a prática de rememoração, então, consiste em um exercício que se objetiva rememorar algo distante no passado, se relacionando objetivamente com o comportamento narrativo dos grupos humanos. Esse processo de fundamentação da memória coletiva, implica, segundo Ecléa Bosi (2009), na criação de universos que a autora chama de “universos de discursos” e “universos de significado” que visam a fixação da imagem do grupo na história. Dessa forma, o exercício da recordação na Cidade de Goiás, por meio da *Procissão do Fogaréu*, sofre inúmeras manipulações conscientes ou inconscientes, com o objetivo de ressaltar partes mais importantes que possuem certo grau de afetividade maior com o agente que rememora, ou até mesmo de selecionar, recortar, deturpar o discurso, dando maior ou menor ênfase a determinados pontos de acordo com o momento celebrado.

Referências

DURAND, G. **As Estruturas Antropológicas do Imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

GEARY, Patrick. **Memória**. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval: Volume II*. Bauru, SP: EDUSC, 2002, p. 167-181.

HOBSBAWN, E. & RANGER, T. (org.). **A invenção das tradições**. – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LIMA, L. N. M. O turismo, a reinvenção e a espetacularização na Procissão do Fogaréu da Cidade de Goiás (GO). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n.1, jan/abr-2013, p.53-64.

MACHADO, Manuela. & FERREIRA, Rui. A Semana Santa de Braga nos arquivos da cidade. **Forum** 49-50, 2014/2015, p. 123-148.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, nº10, dezembro de 1993, p. 07-28.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. “Um dia a Igreja cai”: a importância cultural dos templos religiosos na cidade de Goiás. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, Unesp, v. 10, n. 1, p. 28-47, 2014.

PÉREZ GONZÁLEZ, Silvia M^a. **Los laicos en la Sevilla bajomedieval**: sus devociones y cofradías. Huelva: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Huelva, 2018.

RÜSEN, J. **Razão Histórica**. Brasília: Ed. UnB, 2001.

SOUZA, Ana Guiomar Rêgo. **Paixões em cena**: a semana santa na cidade de Goiás (século XIX). Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História. Brasília: UnB, 2007.

SOUZA, João Valdir Alves de. A festa e o calendário religioso na demarcação dos tempos da vida social. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 1, n. 4, p. 99-111, 2009.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Festas, procissões, romarias, milagres**: aspectos do catolicismo popular. Natal: IFRN, 2013.

TERUEL, Andrés Luque. Celebración y arte en la Semana Santa de Sevilla. In: Arte y Semana Santa. **Actas del Congreso Nacional Celebrado em Monóvar**, 2016. p. 179-214. ISBN 978-84-617-5145-7.

Imagens do Crucificado e o Sudário de Veiga Valle

*Renata Cristina de Sousa Nascimento*¹⁸

O significado dos objetos, que supostamente tiveram contato com a existência corporal de Cristo, possuem grande prestígio religioso, pois seriam representações tácteis de sua encarnação, passagem e paixão, em prol da salvação da humanidade. Além dos locais nos quais o Messias teria vivido e pregado, algumas relíquias, reconhecidas e veneradas como participantes da história da vida de Jesus na terra adquiriram no seio da cristandade uma valoração surpreendente. Entre um vasto e heterogêneo universo de expressões desta presença destacam-se, além dos fragmentos da Santa Cruz os Sudários de Turim, de Oviedo, e também o Véu de Verônica. Estas tradições precisam também ser compreendidas enquanto parte do universo mágico-religioso, em que a sacralidade associa-se a manifestações consideradas milagrosas. Os três panos indicados possuem um status importante dentro da cristandade. Acredita-se, ainda hoje, que estes tiveram contato direto com o corpo de Cristo, sendo testemunhas de sua morte e ressurreição.¹⁹

¹⁸ Doutora em História pela UFPR. Docente da Universidade Federal de Jataí, Pontifícia Universidade Católica de Goiás e Universidade Estadual de Goiás. Coordenadora do Sacralidades Medievais.

¹⁹ Parte deste texto foi publicado em: COSTA, Paula P. & NASCIMENTO, Renata Cristina de S. *A Visibilidade do Sagrado: Relíquias Cristãs na Idade Média*. Curitiba: Appris, 2021.

O lençol de linho existente em Turim representa uma presentificação da história mais sagrada da narrativa cristã, ou seja, a morte e ressurreição de Jesus. Das passagens bíblicas extraiu-se a existência destes no ritual fúnebre judaico. (NASCIMENTO, 2021, 191). Sobre o ato de crer na Idade Média, Schmitt (2001) aponta que a questão da crença não se limita exclusivamente a fé religiosa, mas engloba muitos outros objetos e maneiras, que fazem parte da totalidade de acreditar em algo. Estes sinais possuem também dimensão pedagógica, e inserem o fiel em um âmbito maior da devoção. Não é apenas algo subjetivo, é um sentimento além do que foi interiorizado. É algo que também pode ser palpável, como são as relíquias. Além disso, a sacralidade destes objetos era atestada pela tradição, possuindo legitimidade. Quem conferia esta reputação e status era a própria Igreja. Por isso existiam no seio da cristandade disputas acirradas em torno da posse destes preciosos vestígios, mais importantes ainda se deles poderia emanar a santidade do próprio Cristo. Segundo São Boaventura²⁰ em *Itinerário da mente para Deus*²¹, é possível uma aproximação com a divindade através de vestígios. Estes estariam presentes na criação divina e no próprio ser humano.

São (com efeito) vestígios, figuras e panoramas postos diante de nós para contuirmos a Deus, e sinais divinamente oferecidos. Ainda mais, são modelos, ou antes, imitações propostas às mentes ainda in-

20 Nasceu na Itália em 1221. Foi o sétimo Ministro Geral da Ordem Franciscana.

21 S. Boaventura. *Itinerário Da Mente Para Deus*. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia da UCP, 1998.

cultas e sensoriais, a fim de que por meio das realidades sensoriais que vêm, transitem para as inteligíveis que não vêm, como por meio de sinais, ao que (por eles) é significado. (S. Boaventura, 1998, 109).

A imagem, porém, é vista como uma forma de narrativa, que possui sua própria dramaticidade. “Quando lemos imagens- de qualquer tipo, sejam pintadas, esculpidas, fotografadas, edificadas ou encenadas- atribuímos a elas o caráter temporal da narrativa.” (MANGUEL, 2001: 27) Os objetos associados à vida de Cristo fizeram parte do cenário de sua história, que para seus seguidores é a narrativa mais bela e perfeita contida na Bíblia sagrada. Portanto possuem existência ímpar, mesmo sublime. Para os fiéis, estar em contato com estes objetos seria uma forma de tocar na santidade de Cristo, portanto seu simbolismo é inesgotável, inexplicável.

A Arte e o Santo Sudário de Veiga Valle

Considerado como o maior santeiro goiano do século XIX, José Joaquim da Veiga Valle (1806- 1874) nasceu em Pirenópolis. Aos 34 anos, em razão de seu matrimônio mudou-se para a Cidade de Goiás. A união nupcial deu-se a partir do convite, em 1841, de José Rodrigues Jardim para que Veiga Valle dourasse os altares da Matriz de Sant´anna, na capital. Dois meses depois, se casou com Joaquina Porfíria Jardim, a filha do presidente da província. Neste período continuou participando ativamente da política. Veiga Valle produziu obras para igrejas, irmandades e particulares. (Santos, 2019). Apesar de sua intensa produção artística Veiga Valle somente

começou a ser “redescoberto” em 1940, através do relatório elaborado por João José Rescala, enviado então ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan).

Não se sabe muito sobre sua formação artística, sendo que o santeiro jamais deixou a Província de Goiás.



Cristo Flagelado. Pintura em Tela- Artista – Veiga Valle
Museu de Arte Sacra da Boa Morte (Cidade de Goiás)
Acervo da autora.

Influenciado pela vivência católica, sua produção está voltada em sua quase totalidade para temas religiosos. Por muito tempo suas obras ficaram praticamente esquecidas, até o momento em que foi fortalecido o discurso da Cidade de Goiás, como patrimônio histórico. O passado revalorizado e potencializado atingiu seu ápice em 2001, quando a Cidade de Goiás (antiga Vila Boa), tornou-se Patrimônio Cultural Mundial, pela Unesco. Dentre sua vasta produção destacamos aqui o Cristo Flagelado, pintura em tela, 1,00 X 0,60 m, localizado hoje no Museu de Arte Sacra da Boa Morte. A dramaticidade da obra revive a dor da Paixão de Cristo. Inicialmente tanto a tela, quanto outras imagens, produzidas pelo autor, acompanhavam as festas católicas, rituais e procissões realizadas na cidade. Dentre as manifestações religiosas, que existiram no passado, foi reinventada e redimensionada a Procissão do Fogaréu, uma das principais celebrações do Estado de Goiás²². Nesta procissão a imagem do Cristo flagelado de Veiga Valle era usada para representar o momento da perseguição e prisão do Messias. Provavelmente a imagem não teria sido composta unicamente para esta celebração. Por sua participação constante na Procissão do Fogaréu a imagem foi danificada, sendo necessária sua substituição. Atualmente usa-se uma réplica do estandarte.

22 Em 1966, a OVAT (Organização Vilaboense de Artes e Tradições) reestrutura as comemorações da Semana Santa na cidade, como a Semana dos Passos e das Dores e cerimônias como: o Lava-Pés e a Adoração da Cruz e ainda dramatizações como a Procissão do Enterro e a Procissão da Ressurreição. E ainda reintroduziu aquela que é tida como a maior manifestação religiosa da Cidade de Goiás, a Procissão do Fogaréu, que ainda hoje é o maior chamariz turístico da cidade. (SANTOS, Fernando Martins. EM TORNO DE VEIGA VALLE (1806-1874): RECEPÇÃO E CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE PATRIMÔNIO NA CIDADE DE GOIÁS. *Anais do 30º Simpósio Nacional de História*. Recife, 2019. P 17)

A imagem original exposta atualmente no Museu de Arte Sacra da Boa Morte foi restaurada, pois esta, além do desgaste das chamas, estava corroída pelos cupins e esquecida em um baú. “O artista José Joaquim da Veiga Valle pintou a imagem de Cristo em um tecido usando tintas feitas por ele mesmo. O desenho retratava o filho de Deus de corpo inteiro, amarrado a uma pilastra” (SANTANA, 2019). A singularidade artística do santeiro de Goiás tem sido também justificada pelo isolamento da Província, presente no século XIX.

Referências

COSTA, Paula P. & NASCIMENTO, Renata Cristina de S. **A Visibilidade do Sagrado: Relíquias Cristãs na Idade Média**. Curitiba: Appris, 2021.

MANGUEL, Alberto. **Lendo Imagens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. A Cristianização Do Espaço: O Protagonismo Da Vera Cruz Em Marmelar In **Revista Tempos Históricos**, Volume 20. Unioeste: 2º Semestre de 2016. p. 133-146

PASSOS, Elder Camargo de. **Veiga Valle, seu ciclo criativo**. Cidade de Goiás: Museu de Arte Sacra., 1997.

SANTANA, V. **Museu guarda estandarte original da Procissão do Fogaréu, na Cidade de Goiás**. G1 (Globo), 2019.

SANTOS, Fernando Martins. Em torno de Veiga Valle (1806-1874): recepção e construção da ideia de patrimônio na Cidade de Goiás. **Anais do 30º Simpósio Nacional de História**. Recife, 2019.

S. Boaventura. **Itinerário Da Mente Para Deus**. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia da UCP, 1998

SCHMITT, Jean- Claude. **O corpo, os ritos, os sonhos, o tempo. Ensaios de antropologia medieval**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.

UNES, Wolney (org). **Veiga Valle**. Goiânia: Instituto Casa Brasil de Cultura, 2011.

A Igreja do Rosário: Painéis de Frei Confaloni

João Victor Nunes Bernardes²³

A Igreja Nossa Senhora do Rosário é um marco artístico na história da Cidade de Goiás-GO, assim como de estado. Por conta de seu estilo arquitetônico, e para os que a conhecem, pelo conjunto de painéis pintados em afrescos em seu interior pelo italiano Giuseppe Nazareno Confaloni ou Frei Confaloni (1917-1977), como é popularmente conhecido, que diferem a Igreja dos outros templos localizados no estado e no país, onde compartilham do mesmo nome.

Este monumento e ponto turístico da Cidade de Goiás foi construído inicialmente, quando a cidade ainda era um arraial, intitulado de Arraial de Sant'Anna, pelo bandeirante, Bartolomeu Bueno da Silva Filho. A Igreja foi edificada em estilo colonial durante o século XVIII, por volta do ano de 1734, por homens e mulheres africanos e seus descendentes escravizados, para que servisse de local para a irmandade devota à Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Foi a segunda Igreja do povoado, sendo construída após a Igreja Matriz de Sant'Anna, atual catedral da cidade. No século XX, a Igreja foi demolida pelos padres Dominicanos, sendo reconstruída ao decorrer das décadas de 1930, 1940 e 1950 nos moldes arquitetônico neogóticos que conhecemos atualmente, se diferenciando da arquitetura colonial portuguesa que compõem as casas ao seu redor. Essa mudança foi justificada por um

²³ Graduando em História pela Universidade Federal de Jataí (UFJ).

suposto ideal de modernidade, que traria novos ares para a cidade (CARVALHO, 2021, p. 166). Mas que na realidade trouxe um apagamento da memória e cultura da história do povo negro na antiga capital do estado. Além de destoar o padrão arquitetônico existente no centro histórico da cidade.



Figura 1 – Igreja Nossa Senhora do Rosário, 1950. Frei Confaloni. Cidade de Goiás. Acervo do autor.

Este monumento e ponto turístico da Cidade de Goiás foi construído inicialmente, quando a cidade ainda era um arraial, intitulado de Arraial de Sant’Anna, pelo bandeirante, Bartolomeu Bueno da Silva Filho. A Igreja foi edificada em estilo colonial durante o século XVIII, por volta do ano de 1734,

por homens e mulheres africanos e seus descendentes escravizados, para que servisse de local para a irmandade devota à Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Foi a segunda Igreja do povoado, sendo construída após a Igreja Matriz de Sant'Anna, atual catedral da cidade. No século XX, a Igreja foi demolida pelos padres Dominicanos, sendo reconstruída ao decorrer das décadas de 1930, 1940 e 1950 nos moldes arquitetônico neogóticos que conhecemos atualmente, se diferenciando da arquitetura colonial portuguesa que compõem as casas ao seu redor. Essa mudança foi justificada por um suposto ideal de modernidade, que traria novos ares para a cidade (CARVALHO, 2021, p. 166). Mas que na realidade trouxe um apagamento da memória e cultura da história do povo negro na antiga capital do estado. Além de destoar o padrão arquitetônico existente no centro histórico da cidade.

No interior da Igreja, decorando as laterais superiores, é possível observar as obras do artista italiano, um conjunto de 15 obras realizadas tecnicamente em afresco, que respeitam as dimensões de enquadramento disponíveis no espaço da Igreja, de forma rigorosa. Essas obras foram intituladas pelo autor como “Os Quinze Mistérios do Rosário”, sendo iniciadas a partir do ano de 1951 e terminadas no ano de 1953 (VIGÁRIO, 2017, p. 280).

Os cinco primeiros mistérios são os “Mistérios Gozosos”, que começam com a anunciação do Arcanjo Gabriel à Maria, e seguem: com a visita de Maria à sua prima Isabel, o nascimento de Jesus, a apresentação do menino Jesus no templo, Jesus no templo e Jesus no templo entre os doutores da lei. Os cinco mistérios seguintes são os

“Mistérios Dolorosos”, que se iniciam com a Agonia de Jesus no Horto das Oliveiras, a Flagelação de Jesus, Jesus coroado de espinhos, Jesus carregando a cruz para o calvário, a Crucificação, sofrimento e morte de Jesus. E os cinco últimos, “Mistérios Gloriosos”: Ressurreição de Jesus, Ascensão de Jesus aos céus, Descida do Espírito Santo sobre os apóstolos com Maria no cenáculo e finalmente a Assunção de Maria aos céus (VIGÁRIO, 2017, p. 280).

As pinturas foram realizadas como comemoração pelo término de construção da Igreja. Os mistérios foram pintados pelo frei utilizando como modelos o próprio povo Vilaboense e seus animais domésticos, para assim, fundamentar as suas ideias imaginadas para as obras, colocando o povo da cidade como participante da decoração do templo. Pinturas essas que os próprios fiéis da cidade, na época, ao verem terminadas não conseguiram compreender a ideia de Confaloni, e teceram várias críticas negativas. Nas palavras de PX Silveira, “Os fiéis se entreolham, jamais haviam visto uma Nossa Senhora daquele jeito, com as mãos soltas como que num gesto teatral ou de dança e o panejamento de sua roupa sugerindo um ventre proeminente” (SILVEIRA, 1991, p. 30).

Os 15 afrescos estão carregados de simbologias, que se referem a episódios bíblicos, colocando em destaque nas obras, característica da temática da arte sacra. Os afrescos também são retratados com uma paisagem de fundo que apresenta a vivência do artista na Europa, mais especificamente em sua região de origem, Toscana. É possível ser observado características na pintura de Confaloni que adotam uma configuração do

cerrado goiano, onde segundo Siqueira (2017), ao ser analisado por estudantes da EGBA (Escola Goiana de Belas Artes), alunos de Frei Confaloni, através de uma metodologia, possivelmente comparativa, que realizou um estudo ao ar livre, identificando a representação paisagística nativa de onde o artista se situava predominantemente no momento da obra (VIGÁRIO, 2017, p. 284). Dessa forma com o passar dos anos a paisagem de fundo europeia, deu espaço para o cerrado brasileiro, mas o artista não se esquece por completo o espaço geográfico da Itália.



Figura 2 – Os Mistérios do Rosário, 1953. Frei Confaloni. Igreja do Rosário. Cidade de Goiás. Fonte: Acervo Fotográfico de Jacqueline Siqueira Vigário

Uma hipótese levantada por Brito (1998), Miranda (2015) e analisada por Vigário (2017), aponta que Confaloni utilizada nos mistérios a tradição clássica de pintura, aprendida por ele na Itália, mas ao mesmo tempo realiza mudanças, utilizando de aspectos de sua localidade (VIGÁRIO, 2017, p. 284). Aspectos como o silenciamento sobre o passado da Igreja, que um dia em seu nome existiu na composição os pretos da Vila Boa de Goiás. Ao lado da Igreja podemos encontrar o Convento do Rosário, sobre a tutela dos Dominicanos. Atualmente na parte da frente do convento está funcionando a Associação dos Artesãos de Goiás, e que também serve como um memorial de Confaloni e outros artistas, onde pode ser encontrado outras obras, ou mesmo apresentando traços e esboços de sua arte.

Em janeiro de 2023, o Santuário do Rosário – uma das formas pelas quais a Igreja é chamada - com seus 89 anos foi contemplado como a doação pelo Instituto Biapó, do conjunto de 14 obras de Frei Nazareno Confaloni que representam a Via-Sacra do artista. As obras estão em exposição na Igreja, revestindo-a da parte superior a inferior com as obras do artista. A Via-Sacra de Confaloni foi pintada no ano de 1965, na Itália, no Convento de La Maddalena, localizado na cidade de Caldine. Na década de 1980 foram trazidas para o Brasil, em um projeto empreendido por PX Silveira.

No ano anterior em 2022, tivemos a oportunidade de visitar uma exposição organizada pelo Instituto Biapó e o Museu Casa de Cora Coralina na Cidade de Goiás-GO, para apreciação de uma exposição nomeada, 3x Via Sacra, onde estavam os 14 quadros da Via-Sacra de Frei Confaloni e outros artistas da arte sacra, nomes como Rossana Jardim e Elder Rocha Lima, que juntos a Confaloni serviram uma belíssima exposição colocada em formato de circuito. Foi um momento

bastante oportuno, pois a visita se deu durante a Semana Santa, um grande evento para os cristãos, realizado na cidade desde 1745, completando em 2023, 273 anos de realização. Essa realização teve de grande importância para a divulgação da arte sacra existente no estado, assim com a divulgação dos artistas que a compuseram, aproveitando do grande público que passa pela cidade durante a ocasião.

Esse artista para o estado de Goiás é singular, como um dos percussores do modernismo artístico no estado, chegando a ser considerado, segundo Jacqueline Siqueira e PX Silveira, como “arauto da modernidade” e “bandeirante das artes em Goiás”, por suas inúmeras obras espalhadas pelo estado de Goiás, como também pelo Brasil, que recentemente passaram por um Raisonné, realizado por PX Silveira. Além de também sua importante participação em instituições de ensino e culturais como o EGBA, sendo um dos fundadores, e no meio social. Nazareno Confaloni é um marco sociocultural e histórico no estado, mas que ainda carece de conhecimento pelo povo goiano e pelas regiões por onde passou, deixando sua arte.

Referências

CARVALHO, Euzebio F. Temporalidades Negras: Memória Testamental da Igreja dos Pretos da Cidade de Goiás. **Revista Nós – Cultura, Estética e Linguagens**, Anápolis, v. 6, n. 2, p. 131-172, dez. 2021. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistanos/article/view/12256>. Acesso em: 03/04/2023.

SILVEIRA, P. X. **Frei Confaloni: Via- Sacra**. Goiânia: Editora Kelps, 2019.

SILVEIRA, P. X. **Conhecer Confaloni**. Editora UCG, 1991.

VIGÁRIO, Jacqueline Siqueira. **Diante da Sacralidade Humana: Produção e Apropriações do Moderno em Nazareno Confaloni (1950-1977)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2017.

© Edições Tempestiva, 2023
Todos os direitos reservados

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou usada de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópias, gravações ou sistemas de armazenamento em bancos de dados, sem permissão por escrito, exceto nos casos de trechos curtos citados em resenhas críticas ou artigos científicos.

EDIÇÃO ESPECIAL

CIDADE DE GOIÁS
A Paixão de Cristo em Textos e Imagens



Tempestiva